

## **INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE: NOVAS RELAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS EM TRÊS LAGOAS-MS**

Walter Assis Alves

walterdiem2@yahoo.com.br

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

Isto não é vento nas arvores, meu menino  
 Não é uma canção para a estrela solitária  
 É o bramido selvagem da nossa labuta diária  
 Nós o amaldiçoamos e os elegemos  
 Pois é a voz de nossas cidades  
 É a canção que em nós cala fundo  
 É a linguagem que entendemos  
 Em breve a língua-mãe do mundo.

*Bertolt Brecht*

### **Resumo**

A proposta deste artigo é traçar uma linha de investigação do que foram os anos germinais (1997-1998) da política de atração de indústrias para a cidade de Três Lagoas, envolvida em uma trama de relações sociais e econômicas. Utilizamos para tanto, como fio condutor, o documento assinado por João Batista Gonçalves, contrapondo-o às matérias do *Jornal do Povo*, periódico que aponta em seu conteúdo as ações decorrentes do processo de industrialização da cidade, destacando assuntos em que o Governo e industriais são os protagonistas.

**Palavras-chave:** Trabalhadores – Industrialização – Três Lagoas.

### **Abstract\***

The objective of this article is to set out an investigation line of what were the germinal years (1997-1998) of the attraction policy of industries for the city Três Lagoas, involved in a economic and social relationships. We used as a conductor for the discussion the document signed by João Batista Gonçalves, comparing it to the articles of the journal *Jornal do Povo*, periodic that points actions from the city industrialization process, detailing issues that Govern and industrials are the protagonists.

**Key-words:** Workers – Industrializations – Três Lagoas City.

---

\* Tradução: Maty Gueye.

Em se tratando de pesquisa histórica, utilizando como fonte os jornais, Laura Antunes Maciel aponta que já há algum tempo foi superada a sua rejeição ou sua incorporação acrítica como documento histórico, pois a imprensa é uma prática constituinte da realidade social

(...) que modela formas de agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretende compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõe em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.<sup>1</sup>

A imprensa, por constituir-se em um rico acervo para se levantar determinadas experiências históricas, apresenta-se aqui, ainda segundo a autora, de forma a dar visibilidade por meio da repetição, insistência, intensidade da narrativa, destaque e composição.<sup>2</sup> Com a frequência de registros, a imprensa busca valorizar determinados acontecimentos, imagem de pessoas e instituições. Neste sentido, o formato das publicações do periódico três-lagoense *Jornal do Povo* nos possibilita analisar cuidadosamente a direção de sua ótica, em que consiste a lógica de seus interesses, levando a pensar o modo como são apresentadas as notícias relativas ao desenvolvimento econômico da cidade, os personagens que estão constantemente presentes no bojo de suas matérias, a posição que estes ocupam no meio político e social e quais as suas contribuições para a construção do ‘eufórico’ momento de busca por indústrias que vem ocorrendo desde meados da década de noventa.

### **INCENTIVOS FISCAIS E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA PRIVILEGIADA: PONTOS ESTRATÉGICOS NA DIVULGAÇÃO DE TRÊS LAGOAS NO CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL**

A iniciativa para atrair investimentos para a cidade de Três Lagoas foi pautada na constituição de 1988, artigo nº 155 que atribui novas competências a Estados e Municípios, e posteriormente, em 1993, mediante Emenda Constitucional nº 03, que trouxe modificações no sistema tributário, extinguindo e criando impostos<sup>3</sup> dando condições para a cidade se inserir em um novo contexto econômico nacional, praticando assim ações competitivas de incentivo fiscal para atrair investimentos. Isto nos últimos tempos vem se tornando prática constante adotada por estados e municípios, produzindo uma descentralização industrial nacional e causando conseqüências das mais diversas. Várias cidades brasileiras so-

freram e estão sofrendo modificações representativas em suas relações e formações socioeconômicas, tendo como uma das causas essa ‘guerra fiscal’.

Em meados da década de noventa, inicia-se a discussão com o intuito de atrair para Três Lagoas várias indústrias, tendo em vista a oferta de incentivos fiscais oferecidos pelo Governo do Estado, tais como: isenção financeira de 67% do ICMS a pagar (prazo de 10 anos) e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, com intermédio do Banco do Brasil, que concede financiamento com juros de 8,75% a 14% sem indexador e descontos de 15% no juro da parcela paga na adimplência, além de carência com prazo de até três anos na construção do prédio e de até nove anos para a compra de maquinário.<sup>4</sup>

Essa nova política econômica não pode ser considerada como um acontecimento inédito no Brasil, pois se nos remetermos ao início da industrialização nacional, poderemos ver que o capital industrial nasceu, no que mostra Paulo Sergio Pinheiro,<sup>5</sup> beneficiado por financiamento decorrente do Estado, pondo em prática uma política de crédito mais flexível estabelecida pelo Governo, permitindo desta forma uma intensificação na implantação de indústrias nos primeiros anos que se seguiram à Proclamação da República. Assim nascia uma sociedade industrial nacional que se apoiou em políticas fiscais para proteger seus investimentos:

(...) a indústria obtém em 1896, tarifas protecionistas depois de já ter obtido ajuda governamental imediatamente após a crise que se seguiram ao encilhamento, nos anos 1890-1891. Após exercer uma certa influência sobre o governo federal, este abre créditos abundantes e estabelece uma política alfandegária favorável à implantação industrial.<sup>6</sup>

Percebemos então que a iniciativa para se criar meios de dinamizar o desenvolvimento econômico nacional, utilizando fatores como as políticas de proteção e incentivos fiscais, há muito é praticada no Brasil, em que o Estado e capitalistas criam formas de garantir o progresso de algumas regiões com perfil favorável e que se encontram aptas para a implantação de indústrias em seu espaço urbano.

Na atualidade, as regras do jogo da ‘guerra fiscal’ são bem claras: ofertas mirabolantes e disputas acirradas apresentam-se consideravelmente elaboradas, decididas a levarem empreendedores e governos a se posicionarem de forma agressiva, o que dá condições para que suas estratégias possam trazer resultados aparentemente satisfatórios. Quando de fato a *guerra fiscal* se torna um ganho a somar a um Estado da Federação, “impõe, na maioria dos casos uma perda a algum ou a alguns dos demais [estados], posto que a guerra [fiscal] raramente é

um jogo de soma positiva”,<sup>7</sup> ou seja, podendo trazer o desenvolvimento para uns e causar o esvaziamento em outra Unidade da Federação.

A instalação das indústrias em certas áreas urbanas estimula o surgimento e crescimento da pequena e média empresa assim como do trabalho autônomo, tanto na área de prestação de serviços quanto no comércio, gerando empregos de forma direta e indireta, injetando dinamismo à economia e acelerando o crescimento da cidade, como salienta o Ex-secretário de Comércio, Turismo e Indústria de Três Lagoas, Magid Thomé Filho: “a consequência da cidade abastecida com a oferta de emprego [gerado na indústria] está diretamente ligada ao setor comercial, melhorando as vendas e a futura arrecadação tributária estadual e municipal”.<sup>8</sup> Com a intenção de participar da empreitada da industrialização, e na busca de reforçar os laços de relações entre as partes interessadas na industrialização da cidade, João Batista Gonçalves apresenta um documento junto à Associação Comercial e Prefeitura de Três Lagoas, que veio complementar as intenções da manobra de divulgação dos atrativos da cidade no cenário econômico nacional, sugerindo formas estratégicas de propaganda para projetar a cidade no cenário econômico nacional, atuando de modo a:

Promover a formação de uma comissão (ACITL – SEC. IND. E COMÉRCIO), a qual fará estudos de FEIRAS E EVENTOS INDUSTRIAIS (a realizar-se em outras unidades da federação), selecionando-as criteriosamente para montagem de stander (mini-box: com painéis – mapas – filmes – bancos de dados e materiais ilustrativos que se fazem necessários) para divulgar Três Lagoas, como pólo industrial emergente, suas potencialidades e perspectivas no contexto do Centro-Oeste, Pontal do Pantanal e Mercosul.<sup>9</sup>

Este documento sugere ainda que seja viabilizado prêmio de isenções fiscais por um determinado período a ser concedido ao comerciante e ao industrial local que promover a implantação de indústrias em Três Lagoas, por meio da divulgação junto a seus fornecedores que tem unidades industriais em outros estados, justificando para tal medida a geração de empregos, o que resultaria na multiplicação de impostos e riqueza.

Em se tratando da tentativa de divulgação em busca de projeção econômica, a utilização de “*Marketing* e imaginário são altamente valorizados pelas cidades que procuram um lugar para elas na paisagem do século XXI”.<sup>10</sup> Assim, fica explícita a importância da propaganda como fonte de divulgação também em Três Lagoas, apontada como pertencente as cidades ‘paraíso das isenções’ pelo Governo Municipal, que se mostra confiante e satisfeito com sua determinação de colocar a cidade no rumo do desenvolvimento desejado.

É corrente a afirmativa de que industrialização significa progresso, emprego e solução para os problemas municipais, tendo por argumento o fato de que a cidade não perde com as isenções, mas ganha com a criação de mais empregos e impostos recolhidos de forma indireta. Com essa expectativa, o Ex-secretário de Comércio, Turismo e Indústria, admite que sua maior conquista foi tornar a cidade conhecida nacionalmente, com um permanente trabalho de *marketing*: “O trabalho junto aos empresários de outros estados tem sido agressivo, com visitas as suas bases, seminários e trocas de informações”.<sup>11</sup> Destaca, ainda, que os maiores interesses desses investidores se dão porque Três Lagoas encontra-se no centro da Hidrovia Tiête-Paraná e do Mercosul, com várias alternativas de transportes, oferecendo às indústrias escoamento fácil, prático e custos diferenciados aos produtos.

Nas alternativas apresentadas nas propagandas que circulam pelo país, além dos incentivos fiscais, que aparecem como pontos positivos para a atração das indústrias, destacam-se as vias de transportes: a Rodovia Marechal Rondon, interligando Três Lagoas a Capital de São Paulo e ao Porto de Santos;<sup>12</sup> os trilhos da Ferrovia Novo-Oeste, interligando Três Lagoas a São Paulo a Bolívia e ao Paraguai; a Hidrovia Tietê-Paraná que permite a condução de cargas da capital paulista até Buenos Aires, na Argentina, percorrendo um total de 2,8 mil Km integrada ainda com Minas Gerais e Goiás.<sup>13</sup> Quanto ao potencial energético, assinala-se: o Complexo de Urubupunga com 4,6 milhões de kw de potência energética; o Terminal de Gás Centro de Distribuição City Gate, do Gasoduto Brasil Bolívia que cobre 11 municípios do Mato Grosso do Sul<sup>14</sup> e a Usina Termoelétrica de Três Lagoas com potencial de 640 Mw total de geração de energia. Com este panorama é configurado o perfil do potencial energético e da posição geográfica que Três Lagoas tem a oferecer, valores que são essenciais no processo de divulgação para atrair investimentos e que vem se desdobrando no cenário econômico nacional. Tendo em vista essa potencialidade a cidade se projeta vantajosamente em busca do desenvolvimento industrial e do crescimento econômico.

Os primeiros resultados começam a aparecer no momento em que empresários industriais mostram-se motivados, estudando a possibilidade de promover investimentos na cidade, atraídos pelas ofertas de incentivos. Tais ofertas foram apresentadas, pela primeira vez, em reunião no dia 16 de agosto 1997 no anfiteatro da Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas, estando presente representantes do Governo do Estado, Administração Municipal e cerca de 25 empresários, em sua maioria do ramo da indústria de calçados, têxtil e alimentação. Empolgado com a reunião o então Prefeito Issan Fares enviou um projeto de lei para a Assembléia Legislativa com intenção de

aumentar de 67% para 75% a isenção de ICMS, cogitando ainda a isenção total com o município disponibilizando para negociação seus 25% de ICMS que tem direito.<sup>15</sup> Todas essas propostas de incentivos a serem disponibilizados vieram ao encontro das expectativas dos empresários. Cláudio Scodro, empresário paulista do ramo da indústria de alimentos, destacou com satisfação: “Foi uma excelente reunião, na qual autoridades municipais deixaram todos os presentes muito bem impressionados, a partir do interesse e da disposição demonstrada em auxiliar e apoiar a chegada de novos investimentos”.<sup>16</sup> O empresário Wilson Citro, que já na oportunidade tinha empresa funcionando na cidade e recebendo os incentivos disponíveis, declarou nesta reunião: “A injeção de dinheiro proporcionada por esta isenção conferiu nova vitalidade aos meus empreendimentos”.<sup>17</sup> Como se percebe, a empreitada em busca do desenvolvimento industrial vem sendo conduzida mediante de um trabalho intenso junto a empresários.

Concretizando as suas pretensões, a Câmara Municipal aprovou a Lei de nº 1429, com data de 23 de dezembro 1997, dispondo sobre a concessão e incentivos para a instalação de indústrias na cidade, apresentando em seu Artigo 1º a seguinte condição: “Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção referente a impostos, taxas e emolumentos nos termos da presente Lei, às indústrias que vierem a se instalar, ou em processo de instalação no Município”.<sup>18</sup> Os esforços da Câmara Municipal e Associação Comercial deixaram o Governo Municipal cheio de expectativas, chegando a ponto de cogitar a busca de mão-de-obra em outras regiões: “Num curto espaço de tempo teremos que importar mão-de-obra para atender a demanda de indústrias que serão implantadas no município”.<sup>19</sup>

### **EMPREGO: FORMAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EM TRÊS LAGOAS**

Cabe, agora, apresentar a problemática para se pensar a questão do emprego, presente nas fontes aqui estudadas, como, por exemplo, no discurso político dos jornais, quando propõe, com o advento da industrialização, “amenizar o problema do emprego na cidade”.<sup>20</sup> Na discussão de estratégias para promover a industrialização, a mão-de-obra disponível aparece como item para deleite dos industriários que objetivem se instalar em Três Lagoas, já que exposta como vantagens oferecidas pela cidade aos investidores, sendo elas: grande oferta de mão-de-obra, ótimas condições de formação (Sesi, Senai, Senac) e “custos abaixo dos grandes centros e livre da pressão asfíxiante dos sindicatos”.<sup>21</sup>

Em face disso, indagamos: até que ponto essa industrialização benefi-

ciará a população? Vimos que atrativos para as indústrias foram disponibilizados, mas qual seria o atrativo para o trabalhador com o advento do emprego? A melhoria no nível de vida ou a mera sobrevivência em meio à exploração capitalista?

O descaso com que o trabalhador é tratado aparece de maneira a expor-lhe como fonte de lucro a ser obtido com a exploração de seu trabalho, visto que o mesmo aparenta estar inicialmente sem órgão de representatividade e a mercê das ‘boas intenções’ dos capitalistas que se propõem a investir na cidade.

Implantar várias fábricas em uma região com grande quantidade de mão-de-obra semiqualficada e barata representada aqui, nos anos em estudo, nos 27% de desempregados de uma população de 75 mil habitantes, investir na infraestrutura industrial e utilizar os recursos naturais disponíveis, são fatores que por si só não apresentam solução para a redução da pobreza. Fornecer meios adequados e conscientes para que esses trabalhadores possam ser inseridos socialmente, viabilizar força para amenizar o impacto do encontro dessa nova relação entre capital e trabalho, deve ser prioridade nas ações do Governo Municipal para que seja proporcionada a inserção social da população de desempregados e subempregados, tendo como base uma política envolvendo estratégias de qualificação de mão-de-obra eficiente e consciência de que não só o emprego pode mudar a realidade de uma população. Ismael Gilio chama a atenção para essas questões apontando que:

A seu turno, os municípios vêm desenvolvendo políticas de incentivo a implementação de novos empreendimentos geradores de empregos, sem que, necessariamente, disponha de mão-de-obra qualificada para atender a nova demanda. Ou seja, deve-se estar atento para que a cidade esteja preparada para abrigar as funções que os atuais e novos empreendimentos solicitam.<sup>22</sup>

Qualquer Administração Municipal tem conhecimento, por mais básico que seja, de que a formação de mão-de-obra é questão primordial para que se possam implantar indústrias em seu território. Em Três Lagoas foi feito grande progresso no processo de atração de empreendedores, mas a administração municipal foi negligente no que tange a criação de condições para que o trabalhador se torne apto a enfrentar essa nova realidade.

Há no programa de desenvolvimento da cidade a preocupação em se criar condições para que esse trabalhador possa ser inserido no mercado de trabalho, por meio de cursos profissionalizantes fornecidos principalmente pelo Senai, que tem acolhido com atenção a solicitação de empresas para que os

cursos disponibilizados possam atender as suas demandas. Estes cursos de preparação de mão-de-obra foram impostos pelas circunstâncias atuais da economia, com carga horária insuficiente, se levarmos em consideração a tecnologia das máquinas utilizadas nas indústrias a serem operadas por esses novos trabalhadores.

Nessa perspectiva, podemos ter como exemplo o curso de formação profissional oferecido pelo Senai para atender a indústria têxtil: no conteúdo programático de um tecelão, são registradas oitenta horas de aulas práticas no tear, e mais vinte horas de habilidades básicas,<sup>23</sup> com um tempo não equivalente à metade de um mês de experiência de trabalho, sendo ainda o único curso que foi disponibilizado para atender as fábricas têxteis a serem instaladas em Três Lagoas. Uma tecelagem moderna precisa, entre outros, de operador de máquina de urdir, operador de fiação, tecelão etc. Desta forma, o curso de tecelão pode ser o primeiro passo para o emprego nas fábricas, mas não garante a condição de profissional com técnica razoável para operar equipamentos complexos e sofisticados, de base micro-eletrônica. Conforme Roberto Leme Batista:

Essa realidade exige trabalhadores que possuam não apenas habilidades específicas para a sua operação, pois é necessário saber prever eventuais falhas, fazer reparos de emergência e tomar decisões relativas à produção, para evitar que as atividades produtivas sejam interrompidas, provocando prejuízos ao capital.<sup>24</sup>

Diante dessas considerações, observamos que um dos obstáculos na labuta diária do jovem operário em Três Lagoas diz respeito aos meios para qualificação profissional disponíveis, que nem sempre correspondem às necessidades das fileiras da linha de produção e nem aos anseios da comunidade.

Outro exemplo de desencontro que ocorre entre capital e trabalho pode ser ilustrado em Três Lagoas. Com incentivo do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), foi disponibilizado quarenta vagas para um curso de treinamento empresarial, e só dez vagas foram preenchidas. A baixa adesão para o preenchimento das vagas nos mostra que talvez não seja desse profissional que as empresas estejam precisando, e a população trabalhadora sabe que pouco adianta ter experiência em uma profissão que não atende a demanda das empresas. Em uma situação adversa, o então Vereador Luiz Akira, um dos políticos responsáveis pela aprovação de leis municipais de incentivos fiscais, relata que: “em outro caso, a Chamflora pediu ao SINE (Sistema Nacional de Emprego) um reciclador de celulose, especialidade que já deveria existir aqui devido à vinda de uma em-

presa, como a Champion, que necessitava deste profissional. Dentro de quarenta inscritos, não existia nenhuma pessoa qualificada para este cargo”.<sup>25</sup> Ou seja, oferta-se a vaga de trabalho, mas não é encontrado nenhum trabalhador qualificado para preenchê-la.

Ao refletirmos sobre esta situação, percebemos que a insuficiência de meios adequados para promover a formação de mão-de-obra para atender as solicitações das indústrias vai tornando problemático o acesso ao emprego. O desemprego estrutural, que ocorre com aqueles que não estão preparados profissionalmente, sem condições de ocuparem novos postos de trabalho, que exigem trabalhadores qualificados, com perfil profissional direcionado a vaga disponível.<sup>26</sup> apresenta-se como novo problema. Surgem vagas em cursos de preparação de mão-de-obra, mas não aparecem candidatos para preenchê-las; empresas solicitam profissionais e a cidade não os têm disponíveis para atender a demanda. Ambas as situações ilustram o quão é complexo o processo acelerado de desenvolvimento econômico, e quem mais sofre as conseqüências é o trabalhador. A falta de alternativas faz com que os candidatos a vaga de trabalho sejam obrigados a ter que completar a sua formação dentro da fábrica, vendo-se no dilema de enfrentar os desafios e aprender o ofício diretamente na frente de trabalho – fazendo com que o industriário aceite trabalhadores semiqualeificados ou sem nenhuma qualificação – ou então dar lugar para o próximo candidato.

No mais, a mão-de-obra do trabalhador três-lagoense aparece no programa de desenvolvimento, como mais uma das vantagens oferecidas aos empresários. Retomando a discussão, podemos supor que essa mão-de-obra disponível e barata que a cidade oferece aparenta não estar tão disponível assim, se levado em consideração a insuficiência de sua capacitação produtiva no âmbito fabril, sendo mais fruto da propaganda para atrair investidores para a cidade, que oferta de um produto que garante a qualidade da forma que é apresentada.

Não é perceptível até que ponto este descaso relacionado ao planejamento da capacitação da mão-de-obra favorece a ação promovida pelo Governo Municipal, já que a questão existente precisa ser observada com maior atenção, a qualificação profissional é fator essencial em uma cidade que pretende se industrializar. Não se pode ficar inerte frente a isto, pois: “O atual momento econômico exige dos municípios a capacidade de analisar as tendências estruturais do ambiente, nesse caso os fenômenos sociais e econômicos, e de ativar os recursos (físicos, financeiros e humanos) na qualificação de sua mão-de-obra”.<sup>27</sup> Ignorar essa realidade pode trazer conseqüências desfavoráveis tanto para o trabalhador quanto para o empregador, como: incapacidade produtiva, alto índice de acidente de trabalho, ausência no emprego por doença ou insatisfação, entre outros problemas que vão aparecendo no decorrer desse processo.

## A ORIGEM DO TRABALHADOR TRÊS-LAGOENSE: SUBMISSÃO E DEDICAÇÃO?

Transformar o sonho de caminhar para o desenvolvimento industrial em realidade, pode vir a trazer grandes problemas para a população que desposar desta iniciativa, considerando que os industriários, na sua história, mantiveram a exploração da força de trabalho como estratégia de domínio, garantia de poder e enriquecimento. Várias cidades brasileiras estão sofrendo essas ações, movidas por ambição política e econômica, como pode ser demonstrada no caso aqui estudado.

Sobre a forma que se constrói essa relação de exploração da força de trabalho Thompson diz que “[...] mais que uma soma de injustiças e antagonismo mutuo. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal”.<sup>28</sup>

No momento em que as empresas começam a chegar a Três Lagoas, trazendo na bagagem o descaso em relação ao trabalhador local, que tem uma cultura de origem rural advinda de uma vocação de trabalho na sua maioria direcionada a atender os setores agrícola e pecuário, e se vê forçado a submeter-se a uma mudança cultural. Em um curto espaço de tempo, o choque causado por essa nova realidade faz com que este tenha dificuldades em se adaptar as rígidas formas de trabalho das indústrias, já que “A própria modalidade da produção em série, a automação e racionalização criam formas de adaptação desenraizadas. A cultura que daí resulta é forçosamente confinada e repetitiva. Falta-lhe seiva e deve ser, por destino, tecnicista, fragmentada, voltada para o efeito imediato”.<sup>29</sup>

Dessa forma, a incapacidade de adaptação automática a disciplina fabril passa a ser vista como insubordinação e preguiça, e o trabalhador três-lagoense, a ter a referência de ser ‘reclamão’ e improdutivo. Todavia, a situação em que o trabalhador se encontra poderia ser ainda pior, argumenta o discurso empresarial, “[...] sugerindo a idéia de que a precarização do trabalho ou o desemprego decorre da falta de competência do trabalhador para assimilar as mudanças no processo de trabalho e no cotidiano social, que deve ser sanado pela qualificação”.<sup>30</sup> Chamando o trabalhador para a responsabilidade produtiva de caminhar no ritmo das máquinas, não importando suas maneiras de agir e pensar o mundo do trabalho, os empregadores não levam em conta as raízes do trabalhador local. Ecléa Bosi ao refletir sobre Simone Weil – em sua tese “O desenraizamento operário” –, observa o jovem trabalhador que defronta pela primeira vez com a condi-

ção de operário fabril, saindo de um universo fantástico que é a escola e passando a percorrer esse novo caminho tortuoso e frio das frentes de trabalho nas fábricas:

A escola, penetrada embora de valores burgueses, ou por isso mesmo, apela para o sentimento de identidade pessoal, exalta a força do indivíduo e a recompensa do mérito. Procura despertar no aluno o convívio com as plantas e os animais, a curiosidade por terras distantes, pelos naturais de outros países. [...] Precocemente ele ingressa na fábrica. Da noite para o dia ele se torna um complemento da máquina, *uma coisa* que deve obedecer ao ritmo da produção, e não importam quais sejam seus motivos para obedecer. As pessoas de outras classes desconhecem, a não ser em momentos de desagregação e doença, essa vertigem que o aprendiz experimenta de não mais existir. [...] Começa para o jovem, para a criança egressa da escola, uma existência dobrada sobre a matéria, atenta às exigências da máquina, segregada como se fora outra humanidade.<sup>31</sup>

O trabalhador sufocado por forças coercivas que o mundo do trabalho impõe em sua vida, caminha desorientado tentando entender a sua posição dentro da peça que a ele é pregada cotidianamente. Resistindo aos percalços, esperançoso – pois agora ele tem trabalho –, segue sendo conduzido por discursos exaltadores de dias melhores. Odair Garcia, presidente de uma das indústrias instaladas em Três lagoas, nos mostra como motivar o operário a aceitar sua situação proletária e continuar na luta acreditando ser parte do processo produtivo, compartilhando dos anseios do capital, quando diz: “Entendemos o nosso papel de empregador, mas também nossa responsabilidade para com o crescimento e difusão do espírito de cidadania nas comunidades onde vivem nossos colaboradores e colegas. [...] os componentes estão todos aí, daí nosso otimismo em dias melhores, desde que empresas, governantes e cidadãos entendam qual é a responsabilidade de cada um por si”.<sup>32</sup> Os discursos, empresarial e político vão tentando implantar, de forma catequizadora, a ordem que rege o progresso e as oportunidades de dias melhores para todos. Cabe então ao operário esperar por esses dias melhores, sabendo que a ele fica direcionado a tarefa mais árdua: desprovido de seu padrão de vida tradicional e condicionado a produzir muito para proporcionar o enriquecimento capitalista.

Heloísa Helena Cardoso em sua análise sobre as condições de vida daqueles que, saindo do meio rural, se vêem obrigados a se inserir no espaço fabril, no fim do século XIX e início do século XX, aponta:

A referência à ‘vida que levaram antes’ nos faz supor que uma certa alteração de tradições culturais aconteceu, na medida em que essa população pobre de meio rural é engajada no processo de produção fabril. Inclusive as referências ao não adestramento deste trabalhador e a ‘falta de educação industrial’ presente no ofício endereçado a Câmara Municipal de Sete Lagoas em 1882, sugerem-nos que a necessidade de enquadrar o trabalhador nas novas condições constitui-se em um problema levando-se em conta a disponibilidade de braços.<sup>33</sup>

Conforme a autora, para se entender essas fábricas para além dos dados quantitativos e da sua trajetória linear enquanto caminho percorrido pelo capital, é preciso se pensar na organização capitalista da produção imposta ao mundo do trabalho, a disciplinarização do espaço da produção e à sujeição do trabalhador.

A tentativa de lapidar a mão-de-obra para servir as frentes de trabalho que surgem com a chegada das indústrias é preocupação constante do Governo Municipal e de entidades empresariais. Estes agentes investem na formação profissional de forma insuficiente e precária, na tentativa de fazer com que o trabalhador se sujeite as condições que a ele é imposta, sem que seja constituída resistência e sem que aparente problema no transcorrer da rotina dentro dos galpões das fábricas, fazendo com que o mesmo, com investimento próprio, supere as suas imperfeições e garanta um maior rendimento produtivo. Nesta perspectiva, consultores são contratados para proferir palestras sobre motivação e relações comerciais no mercado de trabalho, a fim de fazer com que operários tenham nova postura frente à disciplina do trabalho. Alfredo Rocha<sup>34</sup>, um dos palestrantes, aponta como mito o fato de que o trabalhador brasileiro é explorado e apenas gera lucro para o patrão, demonstrando que este produz é para ele mesmo, gerando sempre ganhos. No seu entendimento, pessoas pessimistas e negativas acarretam improdutividade no trabalho.<sup>35</sup> Tratando desta mesma questão, outra matéria do Jornal do Povo orienta:

Tem gente que não percebe que viver reclamando só serve para piorar as coisas.[...] essas pessoas só conseguem ver defeitos, erros, encontrar motivos para, cada vez mais reclamar de tudo e de todos.[...] ao invés de ver os benefícios que recebem das empresas [...] Esses funcionários só reconhecem os valores e benefícios de suas empresas depois que são dispensados [...] Quem vive reclamando, falando mal dos outros, reivindicando dia e noite maiores benefícios, é uma pessoa que precisa ser retreinada a ver o outro lado do mundo...<sup>36</sup>

Em ambas as posições está explícita a maneira que se deseja o operário três-lagoense. Também é deixado claro que a coerção é um método a ser utilizado pelos empregadores mediante da ameaça de dispensa do emprego: “Esses funcionários só reconhecem os valores e benefícios de suas empresas depois que são dispensados” ou seja, ou o operário se enquadra no perfil desejado pela empresa, ou então é mandado embora. A reivindicação também é ato de insubordinação que não se deve cometer, e se cometido, somente passando por um novo processo de treinamento em que este possa enxergar pelos olhos do capital e ver o ‘outro lado do mundo’, o da subordinação diante dos interesses do patrão. É significativo como esses artigos subestimam a capacidade e a inteligência do trabalhador três-lagoense. Istênio Congro, um dos diretores do Jornal do Povo, dá a sua contribuição na escala de se conduzir o trabalhador ao bem servir, quando escreve em seu jornal:

O cidadão bem orientado é aquele que sempre se houve com plena e integral dedicação ao trabalho diário e a suas tarefas específicas, sempre terá motivos de satisfação e alegria para registrar na sua vida ou pela vida inteira recebendo aplausos de aprovação de seus superiores que passam a cada dia a confiar mais e mais no seu funcionário. [...] Assim é que o cidadão recebe sempre a missões mais difíceis de serem cumpridas, porque os chefes reconhecem que no seu trabalho, já comprovado e provado no serviço a dedicação plena no cumprimento do dever, configurando, afinal, além dos deveres que é obrigado a acatar e respeitar, a existência de elos de amizade que nascem fortes e indestrutíveis [...].<sup>37</sup>

Essas matérias são sugestivas para se entender a tentativa de implantar o espírito de submissão e dedicação no trabalhador, buscando mantê-lo inerte, indiferente ao contexto social, político e econômico que o cerca. Esse discurso empresarial que louva o bem servir do trabalho, tenta fazer com que passe despercebido a real situação de exploração, disfarçado em uma fala já bastante utilizada de: progresso econômico, crescimento urbano, emprego e ótimas condições de vida para todos. Garante-se, dessa forma, aos ‘clientes’ do desenvolvimento econômico de Três Lagoas (como está proposto nas propagandas espalhadas pelo Brasil afora) mão-de-obra com custos abaixo dos grandes centros e livre da pressão asfixiante dos sindicatos. Entretanto, numa perspectiva thompsoniana, não se pode esperar que se plante a indústria na cidade sem que o fazer-se da situação brote a consciência no trabalhador. Supomos não existir uma cartilha de como se constrói a consciência de classe em nenhuma comunidade operária, ela

vai ser construída conforme a gama de relações exteriores e interiores derivada do meio social em construção. Sergio Silva nos ajuda a pensar a questão da consciência de classe, analisando Thompson:

(...) o autoconhecimento dos trabalhadores como classe – que produz a formação das organizações operárias e ao estabelecimento, através da luta de classe, de novas relações entre capitalistas e operários – se encontra na base da grande indústria moderna. Assim ao mesmo tempo em que submete a relação social ao processo histórico, ele apresenta a formação da classe operária como condição e não simplesmente resultado da industrialização.<sup>38</sup>

A consciência de classe neste operariado pode não ser encontrada no início de sua proletarização. Mas, “antes mesmo de articular um discurso de identidade em torno da noção de trabalho, de produtor ou de classe, o proletário tem uma identidade visível, ‘objetiva’, decorrente de suas condições de existência”.<sup>39</sup> Existindo estas condições, a identidade ‘subjéctiva’ aos poucos se fará presente, ou seja, por meio de suas idéias, suas maneiras, seus hábitos e suas intenções de lutar por seus direitos e contra a exploração dos industriários que, através da coerção, farão o possível para que não surjam empecilhos frente a sua empreitada rumo a industrialização e o progresso econômico de Três Lagoas. Porém, os industriários não podem contar, eternamente, com uma tranqüilidade livre da pressão asfixiante das ações do trabalhador, pois a sua formação como classe é condição e não simplesmente resultado da industrialização. Em outros estudos, buscaremos aprofundar como se sucedeu esse encontro antagônico de capital e trabalho na realidade três-lagoense.

---

## NOTAS EXPLICATIVAS

<sup>1</sup> MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e história: algumas questões em torno da relação entre telegrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro (orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> BRASIL. Constituição (1988). SEÇÃO IV, Dos Impostos Dos Estados e do Distrito Federal. (art. 155). SEÇÃO V, Dos Impostos do Município (art. 156). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

<sup>4</sup> PREFEITURA Municipal de Três Lagoas. Incentivos Industriais Existentes. In: *O Impacto da Política de Incentivos Fiscais no Município de Três Lagoas*. Gerencia de Desenvolvimento Econômico (Industria, Comercio, Turismo e Cultura). Documento, em formato de slide (Microsoft PowerPoint), utilizado para a divulgação de Três Lagoas no cenário econômico nacional. [entre 1997 e 2004], p.6.

- <sup>5</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial e a classe operária. In: \_\_\_\_\_. *Política e Trabalho no Brasil dos anos vinte a 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.74.
- <sup>6</sup> idem. p.79.
- <sup>7</sup> VARSANO, Ricardo. *A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde*. IPEA, Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp15/varsano.pdf.> Acesso em: 20 mai. 2005. p.6.
- <sup>8</sup> ENERGIA farta e barata e trunfo da Região. *Jornal do Povo*, Três Lagoas, 24 dez. 1997, p.6.
- <sup>9</sup> GONSALVES, J. Batista. *Sugestão faz*. Documento que apresenta propostas a aplicação de estratégias de *marketing* para a implantação de um parque industrial em Três Lagoas Endereçado a Associação Comercial e a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (Secretaria de Indústria e Comércio). [1997 ou 1998]. Paginação irregular.
- <sup>10</sup> COCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania: Produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 165.
- <sup>11</sup> PREFEITURA Divulga Três Lagoas no País. *Jornal do Povo*, Três Lagoas, 24 dez. 1997. Edição especial de natal, p.2.
- <sup>12</sup> GONSALVES, J. Batista. op. cit. [1997 ou 1998].
- <sup>13</sup> HIDROVIA interligará Região a São Paulo e Mercosul. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 24 dez. 1997. Edição especial de natal, p.8.
- <sup>14</sup> CIDADE aguarda definição do city-gate. *Jornal do Povo*, Três Lagoas, 24 dez. 1997. Edição especial de natal, p. 5.
- <sup>15</sup> LEI de isenção maior ir para Assembléia. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 20 ago. 1997, p.3.
- <sup>16</sup> MABEL estuda implantação de nova fabrica de biscoitos. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 20 ago. 1997, p.3.
- <sup>17</sup> INCENTIVO deu novo fôlego à empresa, diz Wilson Citro. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 20 ago. 1997, p.3.
- <sup>18</sup> TRÊS LAGOAS. Estado de Mato Grosso do Sul: Câmara Municipal de Três Lagoas. Lei nº 1429, 1997. Tal lei se constituiu em isenção por 5 anos no pagamento de IPTU, ISS (fase de implantação), taxas e emolumentos além de concessão de área no Distrito Industrial com escrituração definitiva no inicio da operação da indústria. Dez. 1997.
- <sup>19</sup> INDUSTRIALIZAÇÃO esta chegando. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 24 dez. 1997, Edição especial de natal, p.1.
- <sup>20</sup> TRÊS LAGOAS ganha indústria de Confecção. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 26 fev. 1997, p.4.
- <sup>21</sup> GONSALVES, J. Batista. op. cit. [1997 ou 1998]
- <sup>22</sup> GILIO, Ismael. *Trabalho e educação: Formação profissional e mercado de trabalho*. São Paulo: Nobel, 2000. p.95.
- <sup>23</sup> CERTIFICADO de participação no curso de tecelão, realizado pelo Senai de Três Lagoas-MS. Registro nº 2934.
- <sup>24</sup> BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação Produtiva, Ideologia e Qualificação: Critica as Noções de Competência e Empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (orgs.). *Desafios do Trabalho: Capital e Luta de Classes no Século XXI*. Londrina: Práxis. 2003. p.154.
- <sup>25</sup> MÃO-DE-OBRA: Comissão quer estimular aperfeiçoamento. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 12 fev. 1997. p.3.
- <sup>26</sup> SINGER, Paul. Globalização, precarização do trabalho e exclusão social. In: \_\_\_\_\_. *Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas*. São Paulo: Contexto, 2001. p.23.
- <sup>27</sup> GILIO, Ismael, op. cit., 2000, p.95.
- <sup>28</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe Operaria Inglesa: A maldição de Adão*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.28
- <sup>29</sup> BOSI, Ecléa. Cultura e Desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira: Temas e Situações*. São Paulo: Ática, 1992. p. 18.
- <sup>30</sup> SOUZA, Jose Santos. A "nova" cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: Os fundamentos da nova pedagogia do capital. In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (orgs.). *Desafios do Trabalho: Capital e Luta de Classes no Século XXI*. Londrina: Práxis. 2003. p.195.

<sup>31</sup> BOSI, Ecléa. op. cit. 1992. p.21.

<sup>32</sup> AS EMPRESAS e a comunidade. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 10 mai. 1997, p.2.

<sup>33</sup> CARDOSO, Heloísa H. Pacheco. Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais. *Revista Brasileira de História: Sociedade e Trabalho na História*. São Paulo, v. 6, n.11, p.63-74, set.1985/fev. 1986. p.67.

<sup>34</sup> Alfredo Rocha é Psicólogo, Filósofo e Sociólogo. Especializado em Comunicação, viaja o Brasil proferindo palestras a trabalhadores e empresários. Esteve em Três Lagoas no dia 12/08/1997.

<sup>35</sup> PALESTRA motiva funcionários. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 2 ago. 1997, p.3.

<sup>36</sup> PARE de reclamar (e produza mais). *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 6 ago.1997, p. 10. Matéria transcrita do Jornal do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, julho de 1997.

<sup>37</sup> CONGRO, Istênio. A dedicação ao trabalho. *Jornal do povo*. Três Lagoas-MS, 2 out. 1997, p.2.

<sup>38</sup> SILVA, Sérgio. "Thompson, Marx, os Marxistas e os outros". In: NEGRO, A. Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). *E.P. Thompson: As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos: Textos Didáticos*, ed. 3<sup>a</sup>, Campinas: IFCH/Unicamp.1998, v.2 , p.51.

<sup>39</sup> BATALHA, H. M. Cláudio. A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade?. *Revista Brasileira de História: Política & Cultura*. São Paulo, v.12, nº 23/24. p.111-124. set. 91/ago. 92. p. 119.